

O CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU É UMA LÍNGUA DE BASE PORTUGUESA? EMBATE SOBRE OS CONCEITOS

Alexandre Antônio Timbane¹
Catia Manuel²

Resumo: A questão terminológica do termo pidgin surgiu pela primeira vez em 1850 (TARALLO, ALKMIM, 1987) para se referir a uma língua que surgiu da mistura entre o chinês e o inglês. Do pidgin surgiu o crioulo, uma língua natural que se formou em situações de contato linguístico (HLIBOWICKA-WEGLAR, 2007). Os crioulos se formaram em espaços estrategicamente dominados por exploradores europeus. Na Guiné-Bissau se formou crioulo que é uma língua não oficial embora fosse uma língua franca ou veicular para a maioria dos guineenses (COUTO, 2002). Neste trabalho tenta-se questionar se o crioulo da Guiné-Bissau possui uma base portuguesa. Nesta pesquisa discute-se os conceitos de “base de uma língua” e os conceitos de “crioulo” e “pidgin”. Utilizando o método comparativo a pesquisa reflete a questão “base portuguesa” comparando com línguas africanas. Utilizando também o método bibliográfico se conclui que o crioulo da Guiné-Bissau precisa ter nome. Os dados mostram que o crioulo da Guiné-Bissau possui uma base de línguas bantu tendo emprestado algum léxico do português. Na pesquisa concluiu-se que o léxico é o mais evidente em todas as línguas, mas a base gramatical procura se conservar. O crioulo é uma língua africana que precisa de ser classificada tal como as outras línguas, havendo necessidade da produção de livros, dicionários e gramáticas que descrevem e demonstram as especificidades da língua. Seria necessário que ela seja oficializada para que seja língua de ensino não apenas nas escolas e universidades guineenses, mas também na vida da burocracia.

Palavras-Chave: Crioulos. Base portuguesa. Guiné-Bissau. Pidgin.

Introdução

Falar de África é emergir numa diversidade linguística e cultural. O plurilinguismo é um fenômeno natural e frequente entre os povos e grupos étnicos. Na África predominam línguas de origem africana, europeia e asiáticas. A chegada e o enraizamento de línguas europeias se deveu ao sistema colonial que se implantou sob forma de Lei (Constituição, Decreto), uma política linguística da obrigatoriedade, ou melhor, da oficialidade dessas línguas europeias. Após as independências, a maioria dos governos africanos adotou línguas europeias como oficiais, tal como Rodrigues (2011), Timbane e Rezende (2016) e Petter (2015) sustentam. Hoje, as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriram novas identidades de tal forma a que

¹ Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Pós-Doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa/UNESP, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique (UEM). Email: alextimbana@gmail.com

² Graduada em Letras pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Email: manuelcatia20@gmail.com

possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia.

A Guiné-Bissau, o objeto da presente pesquisa tem uma situação sociolinguística complexa. Os guineenses, segundo Namone e Timbane (2017, p.51) convivem com línguas de origem e de base africanas, das quais se pode citar: **crioulo** (o guineense*), balanta, fula, mandinga, manjaco, papel, biafada, bijagos, mancanha, felupe, nalu entre outras sem número expressivo de falantes.

O termo 'guineense' está em asterisco porque ainda merece debate aprofundado, porque balanta, fula, etc. também são línguas guineenses. Procurare discutir este aspecto em fórum próprio. Retomando a discussão sobre as línguas faladas na Guiné-Bissau pode-se incluir as línguas de origem europeia (português, francês, inglês) e línguas de origem asiática (o árabe). O árabe é bastante utilizado em contextos da religião islâmica ou muçulmana.

Destacou-se a palavra **crioulo** porque todos os debates serão em torno dessa língua que equivocadamente é designada de “base portuguesa”. Pouca literatura coloca o crioulo de forma equitativa com as línguas europeias, quer dizer, o crioulo é conotado como uma língua inferior, ‘pequena língua’, sem valor, incapaz e dependente do português para se expressar. Essa perspectiva, Bagno (1999) designa de preconceito linguístico. Sempre que se fala de crioulo dá-se a impressão de que se trata de uma língua **deficiente**, sem estrutura, **incompleta** e sem léxico suficiente para receber a qualidade de língua. Nesta pesquisa se defende a ideia de que não existe uma língua com léxico, nem gramática incompletas. Pesquisadores que tentam defender essa perspectiva fracassam nos seus argumentos quando iniciam a descrição da língua.

Muitos comentários que apontam a inferioridade dos crioulos se baseiam em constatações empíricas e não em evidências resultantes em pesquisas científicas. Cada língua se adapta às condições e necessidades dos seus falantes. Na língua xichangana (falada na Região Sul de Moçambique), não existe a palavra “primo/a”. Será que nas famílias daquele povo não existe primo? É claro que existe, mas não se chama “primo/a”, mas sim “irmão/ã”. A cultura define “primo/a” como irmão/ã, por isso mesmo não precisa inventar o nome para “primo” se “primo” é irmão. E tem lógica para aquela cultura, pois a

consanguinidade é importante e determinante para o parentesco naquele contexto. Então, os falantes e a língua xichangana se adaptam à sua cultura. Não é pela ausência de unidades lexicais que se pode afirmar que aquela língua é pobre e incompleta. A língua e a cultura estão interligadas. Então, o crioulo hoje não tem nenhuma limitação de âmbito linguístico. É uma língua completa, com a sua própria gramática e especificidades tal como acontece com qualquer outra língua natural do mundo.

Apesar da Constituição da República da Guiné-Bissau não fazer referência ao português como língua oficial do país está claro que ela é a língua do poder, aquela que discrimina os guineenses em ‘alfabetizados’ e os ‘analfabetos’, ‘cultos’ e ‘incultos’ deixando de lado, o crioulo (falado por mais de 44,31%) que é a língua de maior expressividade para a maioria da população localizada geograficamente nas áreas urbanas e suburbanas (NAMONE & TIMBANE, 2017). É importante destacar que não está escrito em nenhum parágrafo (artigo) da Constituição, mas é sabido (por todos os guineenses e pela comunidade internacional) que o português é a única língua oficial do país. O funcionamento do Estado, da justiça, da educação depende do conhecimento da língua portuguesa. Quem não sabe português fica excluído (a) na prática cotidiana. Alguns guineenses relatam maus tratos, punições e outros castigos sofridos pelos alunos em vários sistemas de ensino causados pelo não (falta) do domínio da **língua do poder** (TIMBANE & REZENDE, 2016).

A punição referida no parágrafo anterior ocorre de diversas formas: insucesso escolar (repetição de ano), reprovação em concursos de emprego ou em cargos de direção, exclusão social, limitações para benesses do Estado, dificuldades em compreender os direitos e deveres constitucionais por não saber ler entre outras. Essa atitude revela como a política exerce um poder ideológico no seio da sociedade apoiando-se na língua oficial.

Partes da Constituição da República da Guiné-Bissau seriam mais claros e compreensíveis com maior facilidade para a população se o texto tivesse sido escrito em crioulo. Afirmar que o português é língua oficial é ao mesmo tempo declarar que a língua fula, papel, manjaco incluindo o crioulo não têm importância ou relevância. A oficialidade dá um prestígio e proteção ao português por forma a que ela possa crescer e se consolidar de geração em

geração. A proibição do uso das línguas locais que iniciou no período colonial ainda persiste nos nossos dias. Desta vez não é culpa dos colonizadores. Podemos citar exemplos: Como é possível que alguém seja julgado, interrogado e condenado em português se não sabe falar essa língua? Como o doente poderá explicar o histórico da doença se o médico só fala português?

Uma vez que o conceito etnia é forte na Guiné-Bissau há vozes que defendem que o não reconhecimento das línguas africanas como oficiais evita guerras étnicas. Falantes de língua de uma etnia rival não aceitariam a língua da outra. Este argumento é uma falácia, senão vejamos: A África do Sul oficializou 11 línguas africanas, mas não houve nenhuma “guerra linguística”. No Brasil já são oficiais as línguas baniwa, tukano e o nheengatu em São Gabriel da Cachoeira (AM) e ainda não se observou nenhum conflito armado ou étnico. No Quênia, o inglês e o kiswahile são oficiais. No Canadá, o inglês e o francês são oficiais. O aparente “conflito” reside na mente dos guineenses assim como o desconhecimento das capacidades expressivas das suas próprias línguas. Ter vergonha da sua própria língua é ter vergonha da sua identidade e isso é absolutamente inconcebível num mundo em que a aculturação é mais forte que a culturação.

A oficialidade de uma língua, no contexto da Guiné-Bissau ocorreria na cidade, província ou distrito onde uma determinada língua é falada. Seria importante que a Constituição determinasse a oficialidade para que cada região adote a sua língua como oficial daquele povo. Essa atitude política não divide o povo porque se assim fosse, a Espanha (com 4 línguas oficiais³), o Madagascar (com 2 línguas oficiais⁴), a Índia (com 23 línguas oficiais⁵), África

³ ESPANHA. 06/12/1978. Disponível em: <http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf>. Acesso em: 28 out.2018. Artigo 3. “El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla; Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.” A constituição está se referindo às línguas galega, basca, catalã e occitana.

⁴ MADAGASCAR. Constitution de la République. Constitution de la IVe République (11 décembre 2010), Art. 4 . Disponível em : <<http://www.hcc.gov.mg/wp-content/uploads/2015/09/CONSTITUTION-IV.pdf>>. Acesso em: 28 out.2018.

⁵ INDIA. The constitution of Republic Of India.1949 (rev.2012). Disponível em : <<file:///D:/Users/Lenovo/Documents/ind132810.pdf>>. Acesso em: 28 out.2018. o capítulo II nos artigos 344, 345, 346 e 347 fala de línguas regionais e autoriza que elas sejam oficiais nos espaços onde elas ocorrem. Na p.186 cita as línguas: assamese, bengali, bodo, dogri, gujarati, hindi, kannada, kashmiri, konkani, maithili, malayalam, manipuri, marathi, nepali, odia, punjabi, sanskrit, santhali, sindhi, tamil, telugu, urdu.

do Sul (com 11 línguas oficiais⁶) e muitos outros países haveria guerras linguísticas. A política linguística do uso e da oficialização das línguas locais é defendida pela Carta da Unesco (1996) que foi ratificada por diversos países dos quais a Guiné-Bissau é signatário. Segundo Severo (2013) e Timbane (2013) a oficialização fomentaria o uso dessas línguas, preservaria a identidade dos falantes e evitaria que essas línguas possam desaparecer ao longo do tempo.

A questão da oficialização das línguas locais não é provocada pela incapacidade linguística, pois todas as línguas faladas em território guineense são capazes de expressar completamente as funções sociais da comunicação. O que nos parece estar faltando é a vontade política para que isso aconteça. Voltemos para a questão crioulo, o foco principal da presente pesquisa.

Cardoso, Hagemeyer e Alexandre (2015), Couto (1994), Lefebvre (2004), Spears e Winford (1997), Pereira (2006), Tarallo e Alkmim (1987) Hlibowicka-Węglar (2012, 2016) são unânimes em definir os crioulos como sendo línguas de formação rápida criadas pela necessidade de comunicação entre pessoas que involuntariamente se concentraram num determinado espaço geográfico pertencente a grupos sociolinguisticamente distintos impulsionados na sua maioria por situações sócio históricos e econômicos. Num primeiro momento essa formação linguística se chama **pidgin** e a partir do momento em que surgem falantes nativos deixa de ser **pidgin** e assume a designação **crioulo**. É importante referir que da mudança do pidgin para crioulo não há alterações significativas nas características linguísticas, mas sim a existência de ‘pessoas’ que a falam como L1.

Os autores citados no parágrafo são referência nos estudos crioulisticos (escrevendo em português) que já divulgaram trabalhos que descrevem os diversos crioulos existentes no mundo. Seus estudos constituem a base para o progresso da descrição dos crioulos, mas poucos trazem a bandeira da emancipação dessas línguas, no sentido de apoiar que elas sejam oficiais e que possam servir de línguas oficiais nos países em que são faladas.

⁶ SOUTH AFRICA. The constitution of the Republic of South Africa. Constitutional Assembly. 1996. <<http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>>. Acesso em: 28 out.2018. O artigo 6º determina: The official languages of the Republic are Sepedi, Sesotho, Setswana, siSwati, Tshivenda, Xitsonga, Afrikaans, English, isiNdebele, isiXhosa and isiZulu em

A nossa perspectiva está virada para a política linguística, procurando valorizar os estudos já feitos, mas também rechaçando as perspectivas eurocentristas que inferiorizam os crioulos. Como a ciência é um espaço democrático, em que cada um possui a sua opinião desde que fundamentada passaremos a tecer algumas considerações resultantes de um olhar positivista sobre os crioulos, sendo línguas da maioria em diversos países do mundo, em especial na Guiné-Bissau.

A transformação de pidgin para a crioulo é discutível, pois o que acontece é apenas nascimento e o crescimento de uma criança que aprende o pidgin. Nesta pesquisa não compreendemos até que ponto o nascimento de um humano impulsiona a formação de uma língua. É questionável se partirmos da ideia de que quem faz a língua é a sociedade e não o indivíduo. Saussure (2006) associa a língua ao elemento abstrato, pertencente um determinado povo enquanto que a fala é própria do indivíduo, o que significa que a materialização da língua se processa por meio da fala/escrita/sinal. O indivíduo jamais poderá mudar a língua senão a partir de consenso social. A língua é uma construção social e não individual. Logo, como é possível que o nascimento de um indivíduo seja o marco do surgimento de uma língua, quer dizer da passagem de pidgin para crioulo?

Precisamos repensar esta questão focando para o fato de que não há diferenças estruturais e linguísticas consideráveis ou profundas entre um pidgin e um crioulo. O nascimento de um bebê em nada muda no pidgin ou em nada cria de diferente no crioulo. Diante destas discussões, cabe-nos compreender que no nome “**crioulo**” apenas vemos uma imposição nominal dos linguistas e da política linguística, na perspectiva da definição de Severo (2013) e de Calvet (2007) e sem que isso crie algum efeito no sistema linguístico propriamente dito. A língua é considerada sólida enquanto instrumento de comunicação de um povo e não importa se tenha sido atribuído o rótulo de pidgin ou crioulo.

A crioulistica é baseada na teoria universalista, a chamada teoria naturalista que nasceu dos gerativistas, segundo Hlibowicka-Węglar (2006). A autora fundamenta a partir da teoria bickertoniana (de Derek Bickerton) que explica o surgimento de crioulos como “uma realização de um objectivo hipotético chamada **gramática universal** ou **gramática geral**” (HLIBOWICKA-WĘGLAR, 2006, p.150, grifos da autora). Foi essa teoria que determinou o

crioulo guineense como de **base portuguesa**. Daí que se levanta a seguinte questão de partida: Em que perspectiva a denominação “crioulo de base portuguesa” foi imputada? É que diversas descrições do crioulo provaram claramente que, o que o crioulo tem cunhado do português de maior expressividade é **apenas** o léxico. Mas também, a chegada do léxico não é caótica ou abstrata. O léxico é rebatizado fonético e semanticamente. O rebatismo acontece por necessidade de integração linguística que ocorre em todas as línguas e isso está previsto no sistema linguístico. No português acontece o mesmo: os verbos de outras línguas quando chegam no português são automaticamente obrigados pela gramática de se enquadrar na 1ª conjugação terminando em **-ar**: deletar, printar, tuitar, tchilar, etc. Esse processo se chama relexificação (COUTO, 2002; LEFEBVRE, 2004) quando se trata de crioulos, mas também é válido para qualquer outra língua.

A pesquisa visa discutir os conceitos olhando a realidade sociolinguística africana; explicar como o fator colonizador pode ter influenciado para a tomada de denominações e; propor formas que possam ajudar na reflexão profunda e na busca de uma independência linguística e conceitual que muitas vezes foi imposta aos guineenses. Esta é uma pesquisa bibliográfica que se baseia na leitura e análise de diferentes conceitos sobre os crioulos e cruzamento de ideias relativas à afirmação da identidade linguística da África e dos africanos.

Desta feita, poderíamos começar por discutir o que seria a base de uma língua? A resposta parece complexa, mas em nenhum momento se pode afirmar que a base de uma língua é o léxico. O léxico faz parte dos elementos que compõem o sistema. Antes de mais, Saussure (2006, p.17) nos advertiu e estamos conscientes ao fato de que a língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” Trazendo os conceitos de **sistema, norma e fala**, Coseriu define sistema como conjunto de “possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados às necessidades expressivas ou ao arbítrio e ao capricho do falante, pertencente a uma determinada comunidade; é um complexo de liberdades mais que de imposições, visto que admite infinitas realizações e

exige que não se afetem as condições funcionais de instrumento linguístico...” (COSERIU, 1959/60, p.26).

Coseriu e Saussure dialogam no mesmo sentido mostrando que a língua natural é uma construção social resultado de convenções assumidas pelos falantes. A base da língua é esse conjunto de convenções que passam desde os elementos da gramática (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) que inclui a classe de palavras: substantivo, verbo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção, interjeição e advérbio até aos elementos lexicais (os substantivos). A gramática é o coração da língua, é nela onde se encontram as regras da comunicação, o que deve ser dito e o que não deve, tal como Coseriu (1959/60) se referiu quando afirma que há ‘caminhos abertos e fechados.’ O sistema é abstrato, é a língua no verdadeiro sentido e é nela onde ficam armazenadas as regras. É a base de uma língua no nosso entender.

Há uma tendência de atribuir o crioulo qualidades inferiorizantes, numa tentativa de desqualificar a realidade sociolinguística do sistema. Por exemplo, Hlibowicka-Węglar (2007, 2012, 2016) classifica o pidgin ou o crioulo como língua com estrutura simples, o “léxico e uma morfologia muito reduzidos da língua dominante” (Hlibowicka-Węglar, 2016, p.36). A autora ainda afirma que o pidgin/crioulo “não pode assumir as funções de uma língua natural, pois faltam-lhe meios para verbalizar várias informações” (p.36). Essas colocações revelam o ponto de vista eurocentrista em que o crioulo deveria ter traços de uma língua europeia em especial do português.

Nota-se que há uma tentativa de elevar a língua dominante em prejuízo do crioulo. Essas constatações revelam a intenção de comparar o crioulo com o português e não com as diversas línguas africanas, porque se assim fosse, seria possível observar que o crioulo possui uma estrutura base das línguas africanas e não do português. Sublinhamos também que o crioulo é sim uma língua natural e não artificial, como outros debates tendem a demonstrar. As hipóteses poligenética e monogenética discutidos por Hlibowicka-Węglar (2006, 2007), Couto (2002) demonstram que todos os crioulos tiveram “origem portuguesa comum” (HLIBOWICKA-WĘGLAR, 2007, p.225). Esta constatação talvez tenha surgido porque os portugueses foram os primeiros povos a descobrir e a explorar África, em especial a África Ocidental. Entendemos que isso apenas não basta para explicar fenômenos linguísticos. Os povos

colonizados já falavam línguas antes da chegada dos portugueses e essas línguas influenciaram na formação do crioulo.

Já temos estudos suficientes que descrevem a influência da língua materna na língua segunda ou estrangeira. Esses estudos (como os de RESQUE, 2010; SANTOS & BACCILI, 2007) mostram como a língua materna contribui na morfologia, na fonologia, na semântica, no léxico e na pragmática da língua segunda ou estrangeira. Se é verdade que a língua materna do indivíduo influencia na formação ou na aprendizagem de uma segunda língua ou estrangeira, então é claro que esses traços possam aparecer no pidgin e conseqüentemente no crioulo. Kihm (1991, apud HLIBOWICKA-WEGLARZ, 2006, p.152) afirma que

os crioulos surgiram como consequência de um grande caos linguístico que apareceu na época da expansão ultramarina, nas condições da ausência de uma língua comum bem formada no seio de uma população forçada de comunicação.

Esse caos linguístico citado por Kihn engloba não apenas o português (porque até pouquíssimos africanos sabiam), mas muito mais das línguas africanas faladas desde a África Central até à África Austral. Finalizamos esta parte apontando que quatro aspectos precisam ser observados nesta revisão bibliográfica: o primeiro, o fato de crioulo não ser nome da língua, mas sim um nome genérico; segundo, o fato de a passagem do pidgin para o crioulo não ter sido definido linguisticamente, mas sim sob perspectiva mitológico-cultural ligado à ideologia colonial; terceiro, o fato de língua materna dos africanos ter sido importante e básica para a formação do crioulo, o que significa que na descrição etimológica do crioulo não apenas devemos valorizar a contribuição lexical do português, mas também estudar a contribuição das línguas africanas faladas pelos povos que construíram o crioulo; e finalmente, o quarto foca no fato de que a base de língua não é apenas o léxico, por isso, devemos analisar outros elementos que fazem parte da base de uma língua para chegarmos à conclusão sobre a base de um crioulo. Não se pretende perpetuar a ideia de que o bom é aquilo que vem da Europa, até porque pretendemos alcançar a independência linguística do qual ainda não foi declarada, mesmo meio século após às independências dos países africanos. É importante referir que a formação do crioulo não foi uma imposição colonial, até porque os colonos nem

queriam que os escravizados falassem o crioulo, atitude que fracassou favorecendo a consolidação dos crioulos e outras línguas africanas até hoje.

Metodologia, resultados e discussões

Para a pesquisa, baseamos na leitura de diversos textos que discutem a temática da formação de línguas em contexto multilíngues. Consultamos documentos e lemos outros materiais científicos que demonstram como o crioulo se formou em diversos contextos. Fica clara a ideia de que os crioulos surgem em situações de emergência e urgências linguísticas (TARALLO & ALKMIM, 1987). Sendo uma pesquisa bibliográfica tivemos a oportunidade de discutir e compreender como a terminologia funciona e sua relação com senso colonial. Olhando sob o ponto de vista africano compreendemos a perspectiva da maioria dos autores havendo necessidade de adequar as perspectivas aos contextos atuais que satisfaçam as africanidades.

Para além disso a nossa experiência como professores de línguas africanas (guineense e xichangana, xironga, xitswa) nos levou a refletir sobre aspectos da língua e assim trouxemos para o debate alguns debates fazendo comparações com outras línguas africanas (xichangana, balanta, wolof) para testar as teorias. A escolha de línguas de diferentes regiões visa compreender como funcionam as especificidades e provar o parentesco entre o crioulo e as diversas línguas africanas. Duas pessoas com cabelo loiro ou olhos verdes não significa que sejam parentes nem que tenham nascido dos mesmos pais. Existe um DNA que realmente define quem é filho de quem. Se o DNA é a base da formação do indivíduo, então na língua teremos a gramática como elemento fundamental na formação dela. Sendo assim, veremos essas características que nos levarão às conclusões que passaremos a citar.

Começamos esta parte levantando duas perguntas fundamentais: O guineense seria de base portuguesa? O que é base de uma língua? Vários estudos crioulisticos tentam convencer que o crioulo da Guiné-Bissau resulta da junção do português e das línguas africanas. Tentam demonstrar de forma empírica que o crioulo surgiu graças ao português. Ambas as tentativas ficam fracassadas se olharmos profundamente como o crioulo está constituído e quais as características ela carrega.

Primeiro não se pode descrever uma língua enquanto a cabeça está cheia de preconceito avaliando que há línguas superiores e inferiores, há línguas sem gramática e com estrutura desorganizada ou incompleta. Não se pode analisar uma língua partindo da hipótese de que existem línguas muito bem formadas e organizadas e outras sem qualidade de ser língua, porque todas essas hipóteses não possuem fundamento linguístico. Sabemos que desde o período colonial, tudo o que é do africano era considerado atrasado e selvagem. As línguas africanas eram consideradas dialetos pelo sistema colonial, isso aconteceu em Moçambique, em Angola, na Guiné-Bissau e em outros países. Uma vez que os africanos não tinham língua, mas sim dialetos os europeus acharam por bem nos oferecer gratuitamente uma - o português para que possamos falar de forma civilizada e comunicável. A aculturação não aconteceu linguisticamente como também ocorreu nas tradições, nas religiões, nos hábitos, nas vestimentas e nas atitudes tradicionais.

Os estudos de Couto (1994) demonstraram claramente que o crioulo da Guiné-Bissau é diferente com o português europeu em nível do léxico, de morfologia, fonologia, sintaxe, semântica e pragmática. Couto percebe essa diferença e afirma que “grande parte dos autores que trataram da morfologia do crioulo fizeram-no de uma perspectiva eurocêntrica, forçando seus morfemas e/ou suas palavras a entrar na camisa-de-força de categorias como **substantivo, adjetivo, verbo**, etc” (COUTO, 1994, p.83, grifos do autor).

A inquietação do Couto com relação às diferenças entre o português e os crioulos também foi relatado por Pereira (2006) ao afirmar que para um falante de português, os crioulos portugueses possuem inúmeros casos de dificuldades de reconhecimento da base portuguesa em quase todos os aspectos linguísticos. Aí a autora cita exemplos da sintaxe, da morfologia, da fonologia, léxico, etc. A autora chega a reconhecer o fenômeno partindo da hipótese da coexistência sincrônica e o efeito do contato com outras línguas ao longo dos séculos o que provoca dificuldades de reconhecimento.

Os ideofones, segundo Doke (apud NGUNGA, 2015) são definidos como a “associação entre um determinado som, cor, estado, dor, intensidade, etc, e a conseqüente reação ou construção psíquica dos mesmos, na cabeça do indivíduo”. Os ideofones são fenômenos muito recorrentes nas línguas bantu e estão presentes no crioulo. Tarallo e Alkmim (1989, p.132) mostram

que o “crioulo da Guiné-Bissau utiliza partículas especiais para expressar a ênfase de adjetivos e verbos”. Sendo assim, os autores citam os seguintes exemplos: *fan'da* (branco) vs *branku fan'da* (muito branco); *pus* (limpo) vs *limpu-pus* (muito limpo); *kã* (seco) vs *seku-kã* (muito seco). Os exemplos de Tarallo e Alkmim (1989) revelam como a base de línguas africanas contribuiu para a formação do crioulo.

A presença de prefixos nominais no crioulo evidencia a presença de base de línguas africanas no crioulo. Tarallo e Alkmim (1989) citam o crioulo português de Senegal que apresenta prefixos **ta-**, **na-**, **ba-** e morfema zero em diversas palavras. Segundo os autores (1989, p.133), a “prefixo **ta-**, por exemplo, permite exprimir dois tipos de modalidade aspectual: o habitual e o virtual”

Ora, o português é uma língua românica (provem do latim vulgar), uma vez que buscou traços característicos do funcionamento gramatical do latim. Estaria correto afirmar que o português é de base árabe, se entendermos que o português acolheu muitas palavras do árabe? Quer exemplos? *alcateia*, *alfaiate*, *alface*, *alicate*, *almofariz*, *azeitona*, *atafona*, *arroz*, etc. incluindo a numeração que é arábica. Mas ninguém pode afirmar assim, pois o português provem do latim que é a base das línguas românicas. O português ainda conserva muitas expressões do latim (especialmente no meio acadêmico e jurídico). Mas no crioulo da Guiné-Bissau raramente se observa isso.

É frequente ouvir teses que defendem que o estudo do latim ajuda bastante na aprendizagem do português. Então será que o estudo do português facilitaria o estudo do crioulo da Guiné-Bissau? Ficam sempre dúvidas, pois o funcionamento dos sistemas é totalmente diferente. Muitos alunos guineenses aprendem com dificuldade o português. Assim como para um português pode ser um desafio maior aprender o crioulo, apesar de ser chamado de “base portuguesa”. Ora, esse problema é fictício, pois tanto o crioulo quanto o português são línguas distintas que usam bases gramaticais diferentes. Aprender o português não ajudaria em nada para aprendizagem do crioulo e vice-versa devido a base que é totalmente diferente.

Couto (1994, p.91) sempre chamou atenção: “nunca é demais repetir que as categorias gramaticais do crioulo não são as mesmas de tradição greco-romano.” O autor afirmou que atribuiu nome de “verbo” por

comodidade, pois não corresponde exatamente a isso. Exemplos de Couto (1994, p.91): a) *i bonitu ba* “ele era bonito” b) *n`mininu ba* “eu era menino”. Observando a sintaxe nestes exemplos onde estariam as regras do português europeu?

Tanto no crioulo guineense como em balanta, wolof e changana, os pronomes pessoais sempre veem acompanhados dos prefixos, pois sem esses prefixos a conjugação não tem sentido completa. Vejamos alguns exemplos do verbo **comer** (*om*=balanta, *lekk*=wolof, *kudha*=xichangana, *kume*=crioulo) no presente do indicativo:

Ex.1: **português**: Eu como, Tu comes, Ele come, Nós comemos, Vós comeis e Eles comem.

Ex.2: **balanta**: *nhidi n`om, udi n`om, un a om, bodin b`om, badin ba om e bagma b`om*

Ex.3: **wolof**: *ma gui léck, ya gui léck, mu gui léck, nio gui léck, yéne gui léck e nyi gui léck*

Ex.4: **xichangana**: *mine na dha, wene wa dha, yene wa dha, hine ha dha, nwine ma dha e vone va dha*

Ex.5: **crioulo**: *ami n` kume, abo bu kume, el i kume, anos no kume, abos bo kume e elis e kume.*

Em português, os pronomes pessoais têm flexão no gênero, marcando o masculino e o feminino: **ELE** e **ELA** e no plural **Eles/Elas**. Enquanto que no guineense têm a única forma que não distingue o gênero: **Elis** (guineense). Essa característica é frequente nas línguas bantu. No caso da língua balanta e xichangana a situação é a mesma, tal como se pode verificar no quadro abaixo.

Ex.6: Português: **Ele/ela** come e **Eles/Elas** comem

Ex.7: Crioulo: **El** *i kume* e **Elis** *e kume*

Ex.8: Balanta: **Un** *a om* e **Bagma** *b`om*

Ex.9: Wolof: **Mu** *gui léck* e **Nyi** *gui léck*

Ex.10: Xichangana : **Yene** *wa dha* e **Vone** *va dha*

*No crioulo guineense a marcação dos tempos verbais aparece separada dos verbos. Vejamos:

Ex.11: crioulo: *Ami n`kume **ba/badja**, Abo bu kume **ba/badja**, El i kume **ba/badja**, Anos no kume **ba/badja**, Abos bo Kume **ba/badja** e Elis e kume **ba/badja**.*

Ex.12: balanta: *Nhidi n` om **ke**, Udi n`om **ke**, Udi n`om **ke**, Un n`om **ke**, Bodin b`om **ke** e Bagba b`om **ke**.*

Ex.13: xichangana: *mine ni **dhile**, wene u **dhile**, yene a **dhile**, hine hi **dhile**, nwine mi **dhile** e vone va **dhile**.*

No guineense o **BA/ BADJA** que marcam o passado; na balanta o **KE** e no xichangana o **ILE**.

Sintaxe: A falta dos artigos definidos:

No guineense os artigos definidos são ocultos/inexistentes na sentença.

Marcamos a ausência por meio do símbolo Ø Vejamos:

Ex.14: crioulo: Ø *Minino tchiga; Ø Badjuda bai skola Ø Rapaz kai*

Ex.15: xichangana: Ø *Mufana wa lhasa, Ø Mtombi hi fambile xikolwene Ømufana a wile*

Ex.16: balanta: Ø *Mbi kpadn; Ø afuli to kiskola; Ø lufu kobi*

Ex.17: português: **O** menino chega; **A** moça foi a escola e **O** rapaz caiu

Nos exemplos de 14 e 16 observa-se a ausência de artigos definidos. É uma característica peculiar das línguas bantu. As línguas bantu possuem um sistema de classes nominais, extensões verbais e um léxico básico. Os sistemas de classes nominais marcam o gênero e número. Mas em nenhum momento se observa um fenômeno que equivale ao artigo definido. O crioulo herdou essa regra a base das línguas tal como se vê no exemplo 14. Nos exemplos a seguir observa-se que existe uma forma única do uso do artigo indefinido nas línguas africanas.

Ex.18: crioulo: **Un** *badjuda* e **Un** *rapaz*

Ex.19: xichangana: Ø *mtombi* e Ø *mufana*

Ex. 20: balanta: **A** *Fuli* e **A** *Lufu*

Ex. 21: português: **uma** moça e **um** rapaz

A incorporação dos novos elementos na frase que são elementos característicos das línguas africanas como, por exemplo, **TA**. Ele mostra a frequência.

Ex. 22: Crioulo: *Ami n`**ta** bai RU e Ami n` bai RU*

Ex. 23: xichangana: *mine na famba a RU e mine na famba a RU*

Ex. 24: balanta: *Nhidi n`**mat** to RU e Nhidi n` to RU*

Ex. 25: português: *Eu vou para RU e Eu vou para RU*

Como se pode observar nos exemplos apresentados, o crioulo se aparenta linguisticamente mais com as línguas africanas do que com o português.

Conclusão

Os debates aqui apresentados nos levam à conclusão de que os crioulos portugueses apresentam alguns traços lexicais do português europeu. Isso se nota com frequência e é obvio porque em todas as línguas o léxico se torna mais vulnerável aos deslocamentos e adaptações. Por essa razão observamos no português a existências de palavras como futebol, shopping, sutiã, batom, aipim, machimbombo, estrogonofe, jiugitsu, karatê, mukeka, batuque e várias outras que se instalaram e hoje são tidas como palavras da língua portuguesa.

A existência dessas palavras não nos permite afirmar que o português seja de origem dessas línguas, porque há elementos mais profundos na língua. Estudos sobre o português brasileiro demonstram claramente o deslocamento desta variedade com relação com português europeu em todos os níveis linguísticos. Mas nada nos permite atribuir um novo nome a esta variedade nem afirmar que não é português. Por quê? Porque os resquícios do sistema do português estão fortemente presentes na variedade brasileira do português. O léxico e a semântica saltam à vista, a gramática de Ataliba Castilho, a gramática de Mário Perini, a gramática de Marcos Bagno, a gramática de Maria Helena de Moura Neves estão aí para mostrar o deslocamento da variedade

brasileira do português. Esse deslocamento acontece com outras variedades da lusofonia, mas nada autoriza que se afirme que deixou de ser português.

Olhando para os crioulos as evidências aqui apresentadas demonstram apenas que o crioulo da Guiné-Bissau é apenas de **base lexical portuguesa**, mas a base do sistema é das diversas línguas africanas que participaram na formação daquela língua natural. A concentração populacional foi artificial provocada pelo colonialismo, mas a formação da língua foi natural, pois ninguém impôs a sua criação. Os colonos portugueses não queriam que africanos falassem crioulo, mas não conseguiram impedir uma vez que a necessidade comunidade era tão natural. Concluimos aqui que os crioulos em África são de BASE DE LÍNGUAS AFRICANAS. O que manda na língua é o sistema, o léxico apenas é um detalhe gerido pelo sistema linguístico. As funções de cada palavra, os valores de cada palavra são geridos pelo sistema. Um indivíduo pode conhecer as 146 mil entradas do Dicionário Houaiss, de 2009, mas se não sabe o sistema linguístico do português jamais poderá falar a língua. A língua não é palavras apenas, mas sim o valor e o uso das mesmas registradas dentro do sistema. Por isso, a pesquisa nos revela que o guineense é de base das diversas africanas faladas pelo cujo léxico é em parte cunhada do português.

Disto tudo isso, apontaremos alguns possíveis caminhos que possam prestigiar e manter a vivas as diversas línguas crioulas faladas na África: 1) pesquisadores afros centristas que se interessam pelas línguas africanas precisam tomar atitudes um conjunto de atitudes que visam preservar os crioulos como patrimônio imaterial dos africanos lutando para que estas sejam valorizadas pela política linguística através da sua oficialização e ensino em escolas, institutos e universidades como meio de ensino. 2) seria importante incluir as línguas crioulas na classificação das línguas africanas tal como ocorreu no estudo de Greenberg (2010) e Maho (2003) está sendo a cada momento atualizado devido a novas pesquisas. 3) É urgente a produção de instrumentos do tipo dicionários, gramáticas e fomento à produção literária para que haja maior expansão e difusão das línguas indígenas. Na área cultural é comum ouvir a produção musical em línguas crioulas. 4) Precisamos caminhar urgentemente para a oficialização das mesmas como línguas importantes, tal como o português e outras línguas privilegiadas nos espaços econômicos,

culturais e políticos. 5) O nosso discurso deveria valorizar as línguas africanas como a base da formação do sistema dos crioulos. Desta forma não iria camuflar a real constituição do crioulo como uma língua de base de línguas africanas.

O surgimento das designações pidgin, crioulo, sabir tinha objetivo fundamental de anunciar o surgimento de uma língua que, em situações normais deveria posteriormente ter um nome. Segundo Hlibowicka-Węglar (2006, p.30) o pidgin, o crioulo e o sabir se referem a língua franca ou veicular. Quando nasce uma criança, ela recebe um nome e assim deveria acontecer quando nasce uma língua. As designações pidgin, crioulo, sabir são equivalentes ao substantivo comum “criança”. Os que se aperceberam do surgimento de uma língua nova, impediram a atribuição do verdadeiro nome dando uma nomeação vaga e em parte inferiorizante - o crioulo. Ora, o “crioulo de base portuguesa” significaria “filho de portugueses”, mas isso não corresponde à verdade porque a língua formada na Guiné-Bissau tem o DNA das línguas africanas. A língua formada na Guiné-Bissau tem pai e mãe que são as línguas africanas (gramática), tendo adaptado um estilo de andar de um famoso artista (léxico).

Terminamos apontando o seguinte: O pidgin, o crioulo ou o sabir merecia ter nome, tal como aconteceu em São Tomé e Príncipe que se atribuiu os nomes angolar, principense e forro para aquelas línguas. A Guiné-Bissau ficou perdendo tempo com nome generalista (pidgin, crioulo, sabir) deixando de dar o verdadeiro nome. Mas nada está perdido se houver vontade política, pesquisas científicas e espaços de debate para que isso aconteça. Seria importante atribuir um nome ao crioulo falado na Guiné-Bissau assim como a sua oficialização para que seja cada vez mais valorizada e estimulada para o ensino nas novas gerações.

As ideias aqui colocadas incomodarão aos teóricos conservadores, mas a ciência é construída a cada dia por ideias e reconstruções. Nenhuma ciência se encontra em estado acabado. Ideias novas lutam pela desconstrução de epistemologias coloniais e repõe a verdade ocultada pelo colonialismo e pela ideologias eurocentristas que hoje não ajudam em nada na construção de uma povo autônomo e livre da colonização imperialista camuflada que coloca a Europa como o centro de todo conhecimento, hipótese

que não corresponde à verdade. Não podemos nos distanciar com a ideia de que língua é poder, é instrumento de exploração do outro, é meio de dominação e se não cuidarmos de nós mesmos seremos alienados (TIMBANE & REZENDE, 2016) e jamais teremos a nossa independência.

IS THE CREOLE OF GUINEA-BISSAU A PORTUGUESE BASE LANGUAGE? EMBATE ABOUT THE CONCEPTS

Abstract: The terminological question of the term pidgin first appeared in 1850 (TARALLO, ALKMIM, 1987) to refer to a language that emerged from the mixture between chinese and english. From the pidgin came the creole, a natural language that formed in situations of linguistic contact (HLIBOWICKA-WEGLAR, 2007). The creoles formed in spaces strategically dominated by european explorers. In Guinea Bissau creole was formed which is an unofficial language although it was a lingua franca or a vehicular language for the majority of guineans (COUTO, 2002). In this paper we try to question if the creole of Guinea-Bissau has a portuguese base. In this research the concepts of « base of a language » and the concepts of « creole » and « pidgin » are discussed. Using the comparative method the research reflects the question « portuguese base » comparing with african languages. Using the bibliographical method, it is concluded that the creole of Guinea-Bissau must have a name. The data show that the Guinea-Bissau creole has a bantu language base and has borrowed some lexicon from portuguese. In the research it was concluded that the lexicon is the most evident in all languages, but the grammatical basis seeks to preserve itself. creole is an african language that needs to be classified like other languages, and there is a need for the production of books, dictionaries and grammars that describe and demonstrate the specificities of the language. It would need to be made official so that it is a language of instruction not only in guinean schools and universities, but also in the life of the bureaucracy.

Keywords: Creoles. Portuguese base. Guinea Bissau. Pidgin.

Referências

BAGNO, Marcos: *Preconceito linguístico*. São Paulo: Layola, 1999.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.

CARDOSO, Hugo C.; HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. Crioulos de base lexical portuguesa. *in*: ILIESCU, Maria; ROEGIST, Eugene (Eds.). *Manuel des anthologies, corpus et textes romans*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p.670-692.

COSERIU, Eugene. Sistema, norma e fala. *in*: VI Congresso Internacional de Linguistas. Trad. do italiano por J. H. de S. Coimbra: Almedina, 1959/60. p.3-30. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/coseriu/publi/coseriu26.pdf>>. Acesso em 11 set.2018.

COUTO, Hildo Honório do. Hipótese de relexificação na gênese dos crioulos e pidgins. *Revista da ABRALIN*. v.1, n.1, p.221-250, jul. 2002.

COUTO, Hildo Honório do. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994

ESPANHA. 06/12/1978. Disponível em:
<http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf>. Acesso em:
28 out.2018. (Artigo 3).

GREENBERG, Joseph H. (2010). "Classificação das línguas da África." In: KIZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. v.1. Brasília: UNESCO. p.317-326.

HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A gênese das línguas crioulas (hipótese universalista). *Lublin Studies in: Modern Languages and Literature*, n.2930, p.148-156, 2006.

HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A origem dos crioulos atlânticos e asiáticos (hipótese monogenética). *Estudios Hispánicos*, Wrocław. v.15, p.225-233, 2007.

HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no golfo da Guiné. *Romanica Cracoviensia*, Kraków, vol. 11, p. 177-185, 2012.

HLIBOWICKA-WEGLAR, Barbara. Pidgin, língua franca, sabir: um estudo terminológico. *Romanica Olomucensia*. v.28, n.1, p.35-41, 2016.

INDIA. *The Constitution of Republic Of India*.1949 (rev.2012). Disponível em :
<<file:///D:/Users/Lenovo/Documents/ind132810.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.
(capítulo II nos artigos 344, 345, 346 e 347).

LEFEBVRE, Claire. *Issues in the study of pidgin and creole languages*. Studies in language companion séries 70. Amsterdam/ Philadelphia: JBPC, 2004.

MADAGASCAR. *Constitution de la Republique*. Constitution de la IVe République (11 décembre 2010). Disponível em: <<http://www.hcc.gov.mg/wp-content/uploads/2015/09/CONSTITUTION-IV.pdf>>. Acesso em: 28 out.2018.
(Artigo 4º).

MAHO, Jouni. (2003). «A classification of the bantu languages an update of Guthrie's referential system» in: NURSE, Derik; PHILIPPSON, Gérard. (Ed.). *The Bantu languages*. Londres: Routledge p.639-650.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE*, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 39-57, feb. 2017.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Nacional, 2015.

- PEREIRA, Dulce. *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.
- PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- RESQUE, Jorge Haber. *A língua materna (L1) como fator de influência na aprendizagem da segunda língua (L2) – inglês*. 2010. 131p. Dissertação. Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia, Belém, 2010.
- RODRIGUES, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Campinas, SP: ED. UNICAMP, 2011.
- SANTOS, Ludoviko Carnasciali dos; BACCILI, Valéria Cristina Leite. Reflexões sobre a influência da língua materna Kaingang no aprendizado do Português como segunda língua. *Entretextos*, Londrina, v. 7, n. 1, jan./dez. 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEVERO, Cristine G. "Política(s) linguística(s) e questões de poder." *Alfa*. São Paulo, v.57, n.2, p.451-473.2013.
- SOUTH AFRICA. The constitution of the Republic of South Africa, Constitutional Assembly. 1996. Disponível em:
<<http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>>
Acesso em: 28 out. 2018. (artigo 6º).
- SPEARS, Arthur K. ; WINFORD, Donald. (Eds.). The structure and status of pidgins and creoles. Amsterdam/Philadelpgia: JBPC, 1997.
- TARALLO, Fernando; ALKMIM, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. Séries Fundamentos. São Paulo: Ática, 1987.
- TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese. 314f. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. v.10, n.3, p.389-408, 2016.
- UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, 1996.

Data da Submissão: 28/10/2018
Data da Aprovação: 26/11/2018